

Parte IV - Tensões identitárias nas polícias

Na formação integrada de policiais, o intempestivo, o conflito, a ambivalência

Rosimeri Aquino da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, RA. Na formação integrada de policiais, o intempestivo, o conflito, a ambivalência. In: SANTOS, JVT., TEIXEIRA, NA., and RUSSO, M., orgs. *Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais* [online]. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011. Cenários do conhecimento series, pp. 270-289. ISBN 978-85-386-0386-3. Available from: doi: [10.7476/9788538603863](https://doi.org/10.7476/9788538603863). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yerrp/epub/santos-9788538603863.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Na formação integrada de policiais, o intempestivo, o conflito, a ambivalência

Rosimeri Aquino da Silva*

Hall afirma que um tipo de mudança estrutural vem transformando as sociedades modernas desde o final do século XX,

[...] fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”. Estas transformações vêm atingindo as identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos estáveis e integrados. Assim, ocorrem perdas de um “sentido de si”, ocorre uma descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma “crise de identidade para o indivíduo (Hall, 1997, p. 7).

O argumento supracitado é importante para a compreensão das diferentes situações conflitivas, desenhadas no universo da tese¹ que originou o presente artigo. A saber, “Cursos de Formação Integrada, de Treinamento e de Atualização”, destinados a servidores da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul/RS (policiais civis e militares, delegados, monitores, agentes penitenciários, técnicos de perícia, técnicos e auxiliares administrativos, entre outros). Esses cursos foram promovidos pela Secretaria de Justiça e Segurança em parceria com a UFRGS entre 1999 e 2001, durante o governo de Olívio Dutra.

A construção social da homossexualidade na contemporaneidade é o tema central da referida tese; seus aspectos conclusivos serão apresentados neste artigo. Através de uma análise da participação de professores oriundos de áreas humanísticas (sociologia, psicologia, filosofia, direito, antropologia etc.) e de representantes de Movimentos Sociais (militantes de ONGs: homossexuais, travestis, negros, trabalhadores sem-terra, jovens do *hip-hop* etc.) em Cursos de Atualização e Formação de Servidores, observa-se a contribuição de instituições formadoras de saberes e de instituições da segurança pública para a constituição desse grupo social, os homossexuais, também denominados de população LGBTs.²

Naquela época, tal experiência pedagógica foi considerada bastante arrojada, visto que, entre outras razões, foram acrescentadas disciplinas humanísticas às grades curriculares dos referidos cursos, anteriormente embasados na

formação técnica e em forte corporativismo. Assim, servidores da segurança pública tiveram a oportunidade de experimentar em suas formações e atualizações conteúdos da Sociologia da Violência, dos Direitos Humanos, dos Movimentos Sociais, da Ética e da Cidadania, do Ofício Policial etc. Disciplinas estas que, de acordo com seus planos curriculares, em termos gerais, visavam oferecer, reflexões críticas aos servidores da segurança pública.

Além disso, um corpo docente estranho até então às instituições policiais, formado por professores oriundos de universidades e representantes de movimentos sociais, ministrou temáticas polêmicas. Por exemplo, discussões sobre Direitos Humanos, como sabemos, constituem-se num tema nevrálgico nestas instituições, assim como em outros espaços sociais, onde sua conceituação está estritamente relacionada a uma concepção ideológica e de senso-comum: *Os Direitos Humanos são defensores de bandidos*³ (Tavares dos Santos, 1997; Adorno, 1999). Discussões relativas às questões étnico-raciais, de gênero e de sexualidade também constituem um terreno pantanoso, visto à misoginia, à homofobia e ao racismo, dimensões estas enraizadas nas relações societárias ao longo de nossa história tradicional e contemporânea.

É preciso também pontuar que muitos daqueles servidores esboçaram grande insatisfação com conteúdos teóricos sobre cidadania, violência e ofício policial. Segundo suas palavras e avaliações escritas, estava ocorrendo uma invasão de seus territórios de trabalho por pessoas que desconheciam a dureza prática do trabalho policial. Em outras palavras, pessoas excessivamente teóricas e desconhecedoras da *realidade crua* das ruas. Afinal de contas, eles, os policiais, lidavam com os *restos da sociedade*.⁴ Por outro lado, cabe ressaltar que as críticas relativas àquele projeto não foram unânimes. Muitos servidores saudaram a iniciativa da SJS de lhes oportunizar exercícios de reflexão, de conhecimentos sociológicos, de debates entre outros. Alguns policiais se diziam reconhecidos e valorizados na medida em que nas aulas do campo humanístico havia um espaço de diálogo democrático, algo incomum nas suas instituições de origem fortemente hierarquizadas (Silva, 2007).

A crise de identidade referida por Hall, no nosso entendimento, manifestou-se no confronto de discursos entre professores e alunos-policiais, entre alunos-policiais e alunos-policiais, entre professores e professores, como em uma espécie de esboço de diferentes lutas próprias desses tempos de violências, de mudanças, de incertezas. Apesar de algumas avaliações positivas feitas pelos alunos sobre os cursos, o estranhamento e a hostilidade às propostas pedagógicas foram constantes. Essa ambivalência se fez presente nas falas pronunciadas nos debates ocorridos em sala de aula, de forma exasperada e agressiva (especialmente nas “lutas” pelo reforço da identidade institucional policial) e pela manutenção das funções dos sujeitos e das instituições. Paradoxalmente, estes estranhamentos ocorreram num solo onde se contribuiu para a constituição de saberes sobre um “novo sujeito de direito”, o sujeito homossexual (Bobbio, 1992).

1 A SEXUALIDADE É POLÍTICA

Grupos sociais podem reagir defensivamente quando se sentem ameaçados pela presença de outros, que passam a compartilhar seus territórios. São muitas as queixas, os alvos, os inimigos, os “outros” (Woodward, 2000). Entretanto, naquela experiência, conforme verificamos, os inimigos que pareciam mais fáceis de serem combatidos, sem absolutamente nenhum temor à reação, foram não só aqueles desviantes da sexualidade normatizada, mas, também aqueles que permitiram sua ocupação. Um diretor entrevistado relatou sobre uma discussão ouvida na SJS/RS a respeito da presença de representantes de movimentos sociais nos cursos de formação. Embora fosse desejável o diálogo, no contexto dos Direitos Humanos, entre representantes de movimentos sociais e policiais, a presença de uma travesti ministrando aulas foi considerada um escândalo, um erro terrível, apontado como o mais grave do curso. Uma atitude pedagógica que, segundo seus opositores, colocou em risco toda a proposta dos cursos da SJS/RS, pois “Vocês levaram bichas e travecos para dar aula para os policiais, ensinar para os policiais, vocês têm noção?” (Silva, 2007, 2008).

Falas como esta acima, coletada durante o campo da tese, são ilustrativas do argumento de que a sexualidade pode ser usada para qualificar ou desqualificar indivíduos, “delimitar domínios”, projetos pedagógicos, escolhas, posturas políticas. A sexualidade constitui um objeto recente da análise sociológica, abarcando o estudo das identidades, dos movimentos sociais, dos Direitos Humanos, entre outros. Esse novo objeto sociológico, somado à ampliação de temas demandados do solo educacional, acompanha transformações ocorridas no próprio regime de Direitos Humanos cuja expansão pode ser traduzida pela inclusão de temáticas tais como: direitos das crianças, das minorias étnicas, das mulheres ou das minorias sexuais. No campo educacional, por exemplo, temos assistido a emergência de temáticas, currículos, pesquisas, teorizações vinculadas, de diferentes formas, a estas dimensões (Santos, 2004; Foucault, 1990).

A resistência ao novo pode ser manifestada através de tentativas de imposição de posturas supostamente unificadas, como verificamos nas situações de conflitos desencadeados nos cursos da SJS/RS. As instituições, policial e acadêmica, assim como as identidades sexuais hegemônicas, no território daquelas salas de aula, foram colocadas em questão. Mais especificamente foram colocadas em questão suas funções de autoridades e/ou seus “papéis” na sociedade organizada, além de suas instâncias depositárias da legitimidade necessária para falar, controlar e agir, não só sobre elas próprias, mas também, sobre este outro, o homossexual.

Aquele lugar institucional foi constantemente borrado por uma “realidade teimosa” na apresentação, na visibilidade do contraponto ao que estava tradicionalmente dado. Outras falas foram pronunciadas, inclusive,

paradoxalmente, por aqueles que procuravam reiterar tradicionais identidades institucionais, a saber, a identidade policial e a identidade de professor. Afinal, quem eram os “verdadeiros” e aceitáveis professores? Os doutores, mestres e estudantes oriundos de universidades ou as travestis, oriundas das ruas e dos movimentos sociais? Ou, quem sabe, a avaliação e as respostas a esses questionamentos fossem de outra ordem: ambos desencadearam situações conflitantes nas academias de formação policial, independente se seus saberes e suas origens fossem considerados mais ou menos legítimos que outros.

Nesta pesquisa, foi verificada a reiteração da compreensão heteronormativa, segundo a qual, por exemplo, homossexuais masculinos, por identificarem-se com a estética, os traços, os gestos, comportamentos e gostos do “campo feminino”, não estariam adequados, não teriam capacidade de atuar em “campos viris”, especialmente nos domínios de uma instituição fortemente “genericada”, como tradicionalmente são constituídas as instituições policiais (Scott, 1995).

O homossexual não poderia fazer parte, não se ajustaria à masculinidade hegemônica, compreendida como “essencial” na composição dos espaços, das representações e constituições policiais. Tal reiteração parece colidir com condições indicativas da possibilidade, nesses tempos atuais, da constituição do homossexual como um novo sujeito de direitos. Ela apareceu nos debates em sala de aula, nos relatos, nas avaliações.

A sexualidade desviante da norma e a masculinidade, “própria” dessas instituições, “automaticamente”, não combinariam. Esse pressuposto sugere um entendimento de que todos os heterossexuais devido a sua “natureza verdadeiramente masculina” estariam dispostos – e, por seu turno, os homossexuais não estariam – às rudes, às perigosas atuações do ofício policial. Por exemplo, necessários treinamentos físicos pesados, abordagens nas ruas, riscos constantes de vida e de morte. Homossexuais masculinos, travestis, mais exatamente, estariam devidamente “em seu lugar”,⁵ estariam adequados se ocupassem a posição de indivíduos suspeitos em vez de serem posicionados nos territórios próprios dos “indivíduos legítimos”.

No entanto, essa visão dicotômica e idealizada que coloca policiais heterossexuais de um lado e homossexuais de outro, foi sendo borrada, nos debates promovidos em sala de aula, fraturada com exemplos de situações “reais”. Assim, foram trazidas histórias não só sobre policiais, mas também, nas palavras ditas, sobre autoridades, sobre doutores, pessoas importantes, pessoas de fino trato, “porém homossexuais”. Cabe ressaltar, no entanto, que não se tratavam de “quaisquer homossexuais”. Eram pessoas longe de qualquer suspeita, distintas, corretas, discretas. Com esses tipos não existiria perigo na convivência, afinal de contas “eles nem aparecem; nem parecem que são”. Ser discreto, além de elegante, é uma postura adequada, porque, segundo essa perspectiva heteronormativa e dicotômica, ameniza o preconceito sobre esse tipo de sexualidade.

Nas instituições, em tempos como esses, nos quais “emergem” sexualidades diferentes da heterossexualidade, muitos preferiram, e, ainda, preferem agarrar-se à segurança de portos nos quais ancorariam a verdade, a normalidade, a correção, em outras palavras, agarra-se à heteronormatividade, à norma que “governa os corpos das pessoas” (Butler, 1999). Outros, contudo, preferiram navegar na direção da tempestade que se anunciava. Pois, como bem sabemos, diante de uma maior visibilidade, reforça-se a vigilância, redobram-se cuidados, acirram-se preconceitos.

Nas palavras de Louro, outras formas de se viver a sexualidade, nos dias atuais, são cotidianamente divulgadas, possivelmente de forma muito mais explícita do que antes. No entanto, essas outras formas são também, “[...] renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas” (Louro, 1999, p. 9). Quanto mais visíveis, reivindicadoras, ou mesmo provocadoras, identidades desviantes tornam-se mais sujeitas a ataques homofóbicos, mais sujeitas aos insultos reiteradores da norma.

Não é de se estranhar, considerando esse aspecto, que tenhamos nos deparado com “úteis” recomendações. Que tenhamos encontrado nas palavras pronunciadas uma espécie de manual de instrução, direcionado para o que poderíamos denominar de “regras para o bom comportamento homossexual”. Elas foram anunciadas nas avaliações dos cursos, nas falas de alunos-policiais, nas falas de alguns professores e nas “entrelinhas” desses discursos.

As recomendações acima versaram especialmente sobre a necessidade do recato, do comportamento discreto e exemplar, além da bondade, do talento, da capacidade para o trabalho, como um tipo de exigência a mais. Algo que compense o desvio. Análogo ao racista, ao ingênuo, ao politicamente incorreto e ao bem intencionado dizer popular ele é pretinho, mas é limpinho. No caso dos homossexuais: é uma bicha, mas é tão querido! É uma rica pessoa, o coitadinho! Ele não tem culpa de ter nascido assim. São palavras que remetem a uma clara aceção de que existe espaço para a tolerância e para a aceitação destes desviantes, destas diferenças, desde que eles e elas, além de se ajustarem, detenham pré-requisitos dessa suposta boa natureza. Cabe ao diferente, na norma heterossexual, discretamente destacar-se e, de forma civilizada, adequar-se.

2 TEMPOS DE VIOLÊNCIA, TEMPOS DE MUTAÇÕES

Os conflitos desencadeados em sala de aula, verificados neste trabalho, podem ser vistos como efeitos desse tempo de mutações, de passagem e de interlocução de velhos e de novos paradigmas. Deleuze, em *Controle e devir*, também nos ajuda a compreendê-los, em parte. Esse autor faz referência a um tipo de transformação dos poderes contemporâneos cuja consequência

imediate resulta numa crise difundida nas instituições próprias das sociedades disciplinares – cujos modelos de organização e confinamento conhecidos são, por exemplo, os hospitais, as fábricas, as escolas, as prisões, as famílias etc. “São anunciadas reformas, são sugeridos ajustes presumidamente necessários para a solução, para a superação desta crise. Fala-se da necessidade de reforma da escola, de reforma da indústria, assim como do hospital, do exército, da prisão”; mas, conforme Deleuze, essas instituições estariam condenadas, num prazo mais ou menos longo. O paradigma institucional estaria à deriva. Tratar-se-ia apenas de administrar este estado agonizante e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. “São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares” (Deleuze, 1992, p. 220).

Hall, assim como Deleuze, ajuda-nos a compreender que parte da crise institucional que aparece nas queixas, nas críticas, nos discursos niilistas, tanto de professores convencionais quanto de alunos-polícias, pode ser vista como efeitos, como processos de resistência, de desconforto, da explicitação por parte desses agentes institucionais de sensações de incômodo e de temor às mudanças, numa espécie de reação defensiva ao desconhecimento do que o “novo” poderia representar de ameaçador. Os debates sobre “novos” entendimentos a respeito da sexualidade empreendidos pelas disciplinas de Movimentos Sociais e Direitos Humanos inscrevem-se nessa conjuntura de mutações.

Foi verificado que justamente nesses campos temáticos, na avaliação de seus opositores, o projeto educacional da SJS/RS parecia demonstrar sua maior fragilidade. Como se estes fossem territórios passíveis de ataques sem maiores receios.

Os conflitos eram de diferentes ordens, oriundos de uma série de insatisfações, provavelmente da crise generalizada anunciada por Deleuze, onde antigos poderes estão sendo substituídos por novos. Mas no espaço dessas disciplinas, ou melhor, nas estranhas, nas perturbadoras discussões por elas proporcionadas, assim como na presença daquelas pessoas diferentes que as representavam, eles, os conflitos, puderam ser expressos de forma mais contundente, de maneira, por vezes, exasperada, sem que fosse desconsiderado o uso de argumentos da ordem do irrefutável, do verdadeiro ou do inabalável: a família, o homem, a mulher, a criança inocente, a religião, a moral, os bons costumes, a normalidade, o certo, o errado; o bem e o mal; a saúde e a doença, etc. O lugar comum pode ser repetido sem receios, mas o desconhecido, bem, esse pode ser um monstro pronto para devorar-nos.

A fim de tentar chegar ao entendimento das situações de grande conflitualidade no ambiente dos cursos, cabe, igualmente, considerar o alerta de Michel Foucault: o primeiro aspecto desse alerta é sobre a impossibilidade de pensar relações de poder como isentas da constituição do dispositivo da sexualidade; já o segundo é sobre as diferentes maneiras de como o poder opera

nos nossos corpos, na nossa sexualidade. O mundo (a sociedade) ocidental, diz ele, não é de forma alguma um negador da sexualidade – ele não a exclui –, mas sim a introduz, ele organiza, a partir dela, todo um dispositivo complexo no qual se trata da constituição da individualidade, da subjetividade, da maneira pela qual nos comportamos, de como tomamos consciência de nós mesmos. Em outras palavras, em sociedades como a nossa, as pessoas se individualizam graças a certo número de procedimentos, “[...] e creio que a sexualidade, muito mais do que um elemento do indivíduo que seria excluído dele, é constitutiva dessa ligação que obriga as pessoas a se associar com sua identidade na forma da subjetividade” (Foucault, 2004, p. 76).

Foi verificado que a problematização da sexualidade homossexual (seus aspectos morais, as inúmeras tentativas de compreendê-la oriundas de diferentes saberes, seu lugar nas relações de poder) havia chegado às instituições policiais de maneira análoga a outras instituições formadoras. Isso não significa afirmar a inexistência dessa sexualidade em tempos passados, significa sim reconhecer que, na contemporaneidade, há uma configuração de espaços de maior visibilidade.

Foucault lembra que, concomitantemente ao desenvolvimento do capitalismo, vimos desenvolver-se, nas sociedades ocidentais, uma série de procedimentos, uma série de técnicas para vigiar, para controlar e para encarregar-se do comportamento dos indivíduos, de seus atos, de sua maneira de fazer, de sua localização, de sua residência, de suas aptidões. Certamente, estes (procedimentos e técnicas) interditavam e puniam, mas sua eficácia e solidez estavam em permitir e obrigar os indivíduos a aumentar suas forças, suas aptidões, em suma, tudo aquilo que possibilitasse utilizá-los no aparelho de produção da sociedade (Foucault, 2004).

O objetivo “final” disso tudo é investir nos indivíduos e situá-los onde eles são mais úteis, formá-los para que tenham esta ou aquela capacidade. Qual seria a utilidade do acolhimento institucional a esse “desvio”, nos dias atuais? Qual seria o motivo? Longe de procurar algo que estaria “por trás do pano”, creio na utilidade de pensar o processo, pensar nas estratégias, nos dispositivos engendrados pelas instituições na constituição e organização desses indivíduos. Já que eles estão aí? Já que está na lei, não tem como impedir. Mas... A família está sendo prejudicada. Falas dessa natureza, assim como outras pronunciadas sobre o “problema da homossexualidade”, são elucidativas. Elas apontam para um processo de institucionalização da homossexualidade que se entrecruza com aspectos morais, com aspectos da tradição. Um embate entre o instituído com o que se anuncia agora legitimamente. O resultado disso é que se configura uma fronteira, um entrelugar.

Vale acentuar que o entendimento das tramas da experiência dos Cursos da SJS/RS remete à compreensão de que, como afirma Louro, “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal” (Louro, 1999, p.12), não está unicamente

restrita, como se costuma dizer, a quatro paredes. Mais do que nunca, também se faz necessário repetir a afirmação de Britzman: “Quando se trata de questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade é capaz de surpreender a si mesma: de criar formas de sociabilidade, de política e de identificação que desvinculem o eu dos discursos dominantes da biologia, da natureza e da normalidade” (Britzman, 1996, p. 73). Policiais, professores, instituições formadoras de saberes e de controle social, política, biologia, normalidade, amor, afetividade, tudo isso forma um caldeirão de palavras e de conceitos que se referem a pessoas, a sentimentos, a práticas, a agenciamentos, a um “feixe de relações” (Tavares dos Santos, 2009) cujas interligações seriam imperceptíveis a um primeiro olhar. Nomeia-se esse fenômeno assim: crise.

O encontro e a posterior utilização de argumentos como esses de Britzman e de Louro na interlocução com o campo educacional soaram de forma inesperada. Foi, de certo modo, surpreendente, espantoso e, especialmente, desafiante, assim como foi, para os professores das disciplinas humanísticas e dos Movimentos Sociais, a experiência docente proporcionada pelos Cursos de Atualização e Formação para servidores da segurança pública do RS. O conflito pode ser pensado também a partir das categorias de análise das relações de poder que constituem sociedade, gênero e sexualidade. Essas ferramentas teóricas, fundamentais para a explicação de desigualdades sociais, aqui são apropriadas para pensar sobre as situações conflitivas desencadeadas nos Cursos.

3 SER PROFESSOR, SER POLICIAL

Poderíamos pensar aquela experiência vivenciada pelos alunos-policiais e professores, nas aulas humanísticas dos cursos da SJS/RS, como espaços propiciadores de conflitos. Espaços de alguns consensos também, mas espaços significativamente conflitantes. Poderíamos pensar nesses conflitos, ou mesmo tentar compreendê-los, a partir de diferentes enfoques. Em primeiro lugar, a partir de um enfoque que poderíamos chamar de ideológico. Ideológico porque as posições dos agentes envolvidos, ao conjunto de ideias, frente ao projeto educacional proposto, divergiam. Essa dimensão ficou evidenciada nos relatos dos professores entrevistados; nos jornais de circulação interna das diversas instâncias da secretaria; nas notícias da mídia externa; nas avaliações escritas e nas considerações orais internas e externas às salas de aula, feitas pelos alunos-policiais, em diferentes momentos. Havia uma clara oposição à proposta educacional, não só por parte de alunos-policiais, mas também, de alguns setores da SJS/RS, na medida em que ela era imediatamente vinculada ao governo vigente.

Professores eram inicialmente identificados, por mais que se argumentasse contrariamente, com o partido que estava no poder. O conflito, o desagrado já se manifestava no momento da chegada. Isso era muito presente. Na sala de aula, a insatisfação manifestada pelos policiais poderia ser “histórica”: salários aviltantes, condições precárias de trabalho, não reconhecimento social e institucional. Nesse espaço eles podiam falar deles mesmos, de uma desvalia. E muitos professores relatam sobre a necessidade do cuidado ao ouvir e problematizar aquelas queixas. Nas palavras de um professor: “tu eras quase um refém daquele grupo social.”

O conflito, a falta de reciprocidade, o mal-estar em sala de aula, referido muitas vezes por professores e alunos-policiais, poderiam ser pensados a partir de outros enfoques, por exemplo, aquele que privilegia o “jogo das identidades”. Sem dúvida, é necessário considerar estratégias identitárias utilizadas para demarcar fronteiras entre grupos sociais, considerados estranhos, diferentes, e, por vezes, invasores, especialmente se considerarmos as atribuições tradicionais de seus ofícios. Estratégias produzidas em meio à grande tensão diante de um debate que proporcionou, entre outras coisas, a verificação de que a unidade de um grupo social, em bloco (um pressuposto do jogo da identidade e da diferença) é uma ficção necessária.

A presença daquelas diferenças no mesmo espaço geográfico, arquitetônico, foi fervilhante, contribuindo para a compreensão de que a identidade não poderia ser vista como unitária, apesar de necessária como requer o jogo na hora do combate. Ela contribuiu para um passageiro e interessante choque entre instituições e culturas. Inclusive entre os diferentes polícias, bem como entre os diferentes professores. A presença de representantes de diversas instâncias da instituição de segurança era por si só polêmica, causadora de ânimos à flor da pele, de necessidade de reorganização das ideias e de posturas, resultando não raras vezes em discursos ambíguos, indecisos entre os: somos iguais, somos diferentes.

Se, para professores das disciplinas humanísticas e dos Movimentos Sociais aquela experiência docente foi espantosa, os policiais também ficaram surpresos, impactados, impressionados e até contrariados com a presença de tantos seres estranhos a “sua instituição”, que por lá circularam e ensinaram: Jovens barbudinhos, recém-formados em sociologia, filosofia, psicologia, mulheres loucas, travestis, negros do *hip-hop*, *gays* representantes de Organizações Não Governamentais.

Professor e aluno-policial seriam, com certeza, objetos passíveis de questionamentos e interpretações, tanto de um quanto de outro. Por outro lado, estendeu-se o argumento reiterativo da norma heterossexual para a compreensão sobre quem seriam os verdadeiros professores, os autênticos mestres. Creio ser possível fazer esta analogia para descrevê-los: sujeitos dotados de comportamento exemplar, conhecedores de inúmeros saberes, respeitadores, disciplinadores. Em

última instância, uma reiteração do velho modelo de como deveriam ser e agir esses atores sociais.

Através das narrativas feitas para esse trabalho, foi interessante perceber que, por outro lado, muitos daqueles assim considerados pelos alunos-policiais (como os verdadeiros professores, os autênticos mestres) experimentaram o desconforto de ocupar esse lugar, sentiram-se acuados diante da evidente hostilidade dos alunos-policiais ao que estava sendo proposto. Nem sempre, ou, quem sabe, na maioria das vezes, não enxergamos o outro, e nem sempre compreendemos nosso significado em suas vidas.

A atuação de professores nos Cursos de Atualização exigiu-lhes deslocamentos para diferentes cidades do interior do Estado. Suas expectativas sobre o que poderia ser encontrado, o que poderia acontecer, em sala de aula, foram constantemente hiperdimensionadas, vivíamos sob sobressaltos. Relatos sobre situações inesperadas constituíram a fala da maioria dos professores entrevistados. Nesse sentido, penso que uma palavra, uma tentativa de definição para aquela experiência – assim como para esse novo olhar sugerido para a “questão da homossexualidade” – poderia ser a expressão intempestiva.

Creio que é possível traçar paralelos, estabelecer analogias entre acontecimentos aparentemente tão distintos. São experiências ocorridas de forma imprevista. O sobressalto, sem dúvida alguma, decorria da expectativa do que poderia representar a grande novidade. Talvez um encontro acolhedor, talvez um encontro hostil, ou seja, um caldeirão de sensações eminentes a estas experiências.

A noção de espaço e de seus sinônimos se fez presente nas falas e nos escritos, relacionados a vários aspectos. O espaço da sala de aula e o espaço da rua estavam presentes. Diz Bhabha (1998, p. 7) que:

O além não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado... Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, neste fim de siècle, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade; passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão. Isso porque há uma sensação de desorientação, um distúrbio de direção, no “além”: um movimento exploratório incessante, que o termo francês *au-delà* capta tão bem - aqui e lá, de todos os lados, *fort/da*, para lá e para cá, para frente e para trás.

Este fragmento permite-me pensar naquelas salas de aula como lugares de difícil delimitação, apesar do espaço físico por elas ocupado, apesar do olhar ser capaz de visualizar muros, paredes, concreto, localizar sentinelas, reconhecer nomes: Escola, Programa, Academia etc. Esse lugar é um esboço, se tivesse uma cor seria um “quase cinza”, “meio marrom”, uma tonalidade assim, inventada e não facilmente definida para olhos acostumados ao negro, ou ao branco. Ele é mestiço, mulato, ele é um entrelugar. O entre remete ao que fica no meio

de coisas diferentes. Mas aqui poderíamos pensá-lo como algo que contesta a noção do tradicional, do “verdadeiramente” autêntico, da “absoluta” realidade.

Um entrelugar não diz respeito apenas a um território, apesar da palavra lugar e de localizações geográficas apontadas: dei aula em prédios de Universidades do Interior, em Santa Maria, Santa Rosa; trabalhei todo tempo na Acadepol, na zona norte de Porto Alegre. Um entrelugar pode ser uma sensação de instabilidade, de descompasso, de turbulência, de estar aqui, de ter vindo de lá, de estar lá num movimento incessante. Deus, o que faço aqui? Que lugar é este? Isto existe mesmo? Vou conseguir sobreviver a isso? Quem esses caras pensam que são? Angústias de professores deslocados de seus “lugares de origem”, faculdades, universidades.

Um lugar pode dizer respeito a um sentimento, a valores estabelecidos, a uma ética, a uma visão de mundo. Eu estou neste lugar. Pensar aproximadamente, de forma muito tênue e traçar um esboço de que espaço foi esse requer contribuições como a que Bhabha faz sobre a contemporaneidade: “O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” (Bhabha, 1998, p. 7). O que foi produzido nessa articulação? O que efetivamente foi produzido? Não é uma questão de validar ou quantificar perdas e danos, mesmo porque todos esses sentimentos ambíguos, contraditórios, intensos ocorreram durante todo o processo de maneira mais ou menos intensa. Trata-se de compreender que a experiência certamente nos transformou. Podemos pensar as instituições polícia e universidade como “templos das sociedades disciplinares”, nos termos de Deleuze (1992, p. 220). Somos passantes, estamos numa ponte, vivemos numa época de transformações que estão exigindo uma mudança em paradigmas que desde áureos tempos e em tempos bastante recentes vinham moldando a forma de instituições conviverem com identidades desviantes.

As salas de aula dos cursos da SJS/RS podem ser pensadas como um espaço e um momento de articulação de diferenças culturais. Aquele acontecimento rasurou o que anteriormente se encontrava rigidamente desenhado. Grupos sociais diferentes compartilharam um espaço não convencional. Grupos aparentemente diferenciados, por exemplo, na forma de entender/conviver com o homossexual (o que pode ser verificado numa certa falta de reciprocidade entre professores e alunos, claramente narrada). Aqui, estou apostando na ideia que a leitura anterior, tanto de um grupo como de outro, modificou-se.

A experiência constituiu-se num momento possibilitador de encontros, de entrecruzamentos e esses entre-lugares, afirma Bhabha, “[...] fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (Bhabha, 1998, p. 9-10).

A sala de aula é um “lugar sério!”. Essa qualificação, dada por um aluno-policia, é apropriada para pensarmos na valorização diferenciada dos espaços sociais: a sala de aula é um lugar sério, têm coisa que não dá para admitir, falta de respeito, piadinha, celular, agressão. Na fala dos professores, por seu turno, é possível verificar a compreensão da sala de aula como um espaço onde se trabalha com a construção de saberes, de conhecimento, da razão e da verdade. Muito embora existissem discussões sobre os significados desses termos, embaladas pela crítica pós-moderna, permanecia esse tom da busca pela verdade, de um lugar que se diferencia da rua ou de um espaço público qualquer.

A sala de aula também pode ser pensada como o lugar do que não pode ser dito. O que ali é velado tem outros lugares na sociedade. Admite-se que um policia, assim como um professor possa ter amantes, ser adepto de práticas sexuais não convencionais. No entanto há um lugar para a visibilidade dessas coisas na sociedade. Na sua História da Sexualidade, Foucault menciona a utilidade dos *rendez-vous* para tais práticas (Foucault, 1990). A sala de aula não é o lugar para expor comportamentos estranhos. É o lugar da ordem! Quando se trata dos afetos, é um lugar adequado para se falar dos filhos, das sogras, dos maridos, das esposas, das férias, da familiaridade. O lugar sério que não pode ser ocupado por desviados. Porém, o lugar da ordem pode virar o lugar da desordem! Assim aconteceu. Porque, nos ditos de Bhabha “[...] é na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas [...] ou valor cultural são negociados” (Foucault, 1998).

4 É PRECISO CONTINUAR

A temática da violência (e dos Direitos Humanos) foi abordada de forma abrangente, conceitual e histórica. Foram tratadas especificidades, por exemplo, quando se abordou questões relativas às minorias, às travestis, aos negros e às prostitutas. Talvez a falta de reciprocidade e o conflito aberto, verificados nos cursos, tivessem decorrido de uma visão messiânica por parte de muitos professores das ciências humanas. Ou seja, a crença de que bastava um pouco de conhecimento, um desvelar da realidade, um acesso a uma informação faltante aos alunos-policiais, para que essa realidade pudesse ser mudada.

Se aos alunos faltavam informações corretas, a partir das discussões em sala de aula, suas práticas autoritárias, violentas e desiguais direcionadas a esses grupos sociais poderiam ser suprimidas, alteradas, quem sabe ressignificadas. Mas seria isso o que bastaria para entender a diferença entre visões sobre os sujeitos homossexuais de direitos? Para entender as divergências ideológicas, a conflitualidade permanente na sala de aula? Tratar-se-ia da acessibilidade desigual

que policiais e professores têm dos “verdadeiros” conhecimentos sobre práticas civilizatórias? Basta conhecer para que se superem diferenças?

O medo, a intranquilidade, a não reciprocidade entre professores das humanísticas e alunos-policiais foram relatados por todos. No entanto, a presença de Marcelly Malta, representando uma ONG que luta pela cidadania de travestis, parece ter fornecido a oportunidade de se criticar claramente o projeto educacional proposto. Marcelly parece ter preenchido lacunas. Lugares estes, onde não mais se permitiria ser claramente racista, ser arbitrário, ou mesmo esboçar desassossego com que estava posto. O ponto fora da curva tem essa “função”, ou seja, o sujeito desviante da norma hegemônica pode fornecer justificativas, consideradas plausíveis, para a manifestação de insatisfações. Assim sendo, poderíamos conjecturar que a agressividade demonstrada pelos alunos não ocorreu somente por sentirem-se afrontados, desrespeitados, obrigados a assistir aulas com uma professora-travesti, com uma mestra nem um pouco convencional, por se defrontarem com uma aberração num lugar sério (Silva, 2007).

Os abjetos não são os “culpados de todo o mal”, mas diríamos que, nesse caso, eles funcionaram como catalisadores. O abjeto explicaria o inexplicável. Procuramos apoio a essa hipótese nos escritos de Michel Foucault sobre *La vida de los hombres infames* (1990, p. 16-17), onde ele descreve aqueles e aquelas que para uma determinada época histórica foram considerados culpados pelas desgraças da sociedade: as mulheres, os melancólicos e os insensatos. Culpados e, ao mesmo tempo, estranhamente tidos como mais frágeis. Ou seja, há uma atribuição de culpa pelo que a pessoa é e como ela foi constituída ou constituiu-se e, ao mesmo tempo, uma espécie de penalização. Uma vitimização imposta certamente por aqueles que não compactuam com o *modus vivendi* desses grupos. Ao fazermos uma analogia com a “questão dos desviantes” desse trabalho, podemos considerar que as falas dos agentes institucionais investigados, a partir de diferentes saberes institucionais, de saberes do senso comum, e da própria “heteronormatividade compulsória”, tende a repetir esses conhecidos padrões de culpabilização e de penalização, na provável ausência de um outro paradigma explicativo como a teorização “queer”, por exemplo (Butler, 1999) .

A não tranquilidade da participação dos Movimentos Sociais, na medida em que sobre essa participação teceram-se críticas, que a partir dela colocaram-se em xeque a seriedade do projeto educacional da SJS/RS, possibilita-nos pensar sobre uma forma de violência simbólica mais específica e direcionada: a violência da heteronormatividade.

A universidade com a sua teoria e a polícia com a revisão de sua prática contribuíram e contribuem para a contemporânea explosão discursiva, relativa aos direitos das minorias sexuais. Esse processo ocorrendo, e ainda ocorre, em campos minados, em lugares de passagens, em fronteiras onde se entrecruzam paradigmas, interesses, vontades de poder e de saber (como diriam Nietzsche

e Foucault) por muitas vezes conflitantes, e, em algumas vezes, convergentes. Diferentes forças instituídas e outras que se anunciam sugerem-nos o questionamento sobre quem está autorizado a conhecer homossexuais, sobre quem está autorizado a representá-los, sobre normas acerca da validade de suas reivindicações, num campo de políticas públicas onde são abertos espaços para a questão da visibilidade de todos aqueles e aquelas constituintes desse “outro” grupo social: travestis, *gays*, lésbicas. Forças ora em atrito, ora em conjunções, apontando para a necessidade do debate institucional acerca de outras formas de vivência da sexualidade, num campo de novos saberes e de ampliação de direitos.

Professores convencionais (oriundos das universidades) e não convencionais (oriundos dos Movimentos Sociais) são unânimes em afirmar o passo importante dado pela sociedade civil, nesta experiência dos Cursos. Se ponderarmos que ela, entre outras novidades, proporcionou a essas instituições o acesso a um tipo de temática tabu, é possível dizer que ela representou avanços, mutações do que estava “consolidado”. Sempre é bom perturbar certezas oriundas da ordem! Saudou-se a iniciativa de se introduzir pessoas capacitadas para aquele espaço. Capacitadas porque falavam a partir de uma vivência prática da realidade homossexual, ou melhor, da realidade das chamadas “minorias sexuais”. Foi dito que esse aspecto, além de inovador, foi de suma importância para os objetivos políticos das organizações de homossexuais. Delineia-se nessas palavras uma reivindicação do direito à representação. Homossexuais “fora do *closet*” ainda são exceções nos nobres espaços institucionais, ainda são estranhos, são minorias, são interessantes e admiráveis diferenças.

Vozes outrora restritas a alegria dos guetos, murmúrios oriundos das sombras do medo do armário escuro, desejam agora gritar na amplitude. Se Priscila⁶ só poderia reinar absoluta no deserto, sem o temor de que pudessem apropriar-se de seu canto, hoje vozes institucionais parecem querer ouvi-la. Aparentemente delineiam-se situações paradoxais tendo em vista a necessária sociabilidade: ser ou não ser, ser minoria, viver na contravenção, ajustar-se, formatar-se, assumir-se, deixar como está, lutar. Ser desviante, até pouco tempo, e, atualmente, não raras vezes, pode implicar na segregação dos direitos sociais.

A garantia dos Direitos Humanos, sua ampliação, o reconhecimento de cidadania e benefícios sociais são muito importantes nesta época de precariedade, de violências e de negações. O conhecimento disciplinar (aqui incluo as disciplinas humanas) sempre busca normalizar, civilizar, quem sabe, uma relação entre grupos sociais cujo relacionamento tradicionalmente baseia-se na barbárie, no caso investigado, homossexuais e policiais. A sexualidade, assim como gênero, classe, raça e etnia é uma categoria também fundamental para a análise do social.

A identidade, diz Britzman, é constituída de mais coisas do que aparenta. A essa categoria não se tem atribuído suas “caleidoscópicas qualidades”

(Britzman, 1996, p. 72-73). Woodward, por seu turno, fornece argumentos no sentido de compreendermos a identidade como uma ficção poderosa e necessária. Sua essencialização, assim como todos os procedimentos envolvidos na sua feitura, sejam eles de exaltação do passado, da atribuição fundamental do que dela se diferencia, funcionam como representações que constituem o real, agenciam, fazem com que o sujeito atue, se reconheça e, por muitas vezes, entendo, se torne domesticado e adequado às exigências do poder (Woodward, 2000; Hall, 1997).

O policial, o professor, o desviante, tais identidades, neste estudo, parecem dissolver-se diante de situações que as colocaram em xeque. Por um instante, elas pareciam surpreender-se com suas próprias heterogeneidades, para logo após, estrategicamente homogeneizar-se. Nas ambiguidades, nas contradições de suas falas, alunos-policiais parecem afirmar e, ao mesmo tempo, questionar: “trabalhamos com os restos, mas, por vezes não nos sentimos também restos?” Sentir-se não implicaria numa experiência vivenciada? Professores, por sua vez: somos sábios, refletimos e criticamos a violência, o abuso, o desrespeito, o autoritarismo, mas, por vezes, assim não o somos? E quanto à identidade sexual? Somos polícias heterossexuais, homossexuais, professores, assexuados, bissexuais. Não exatamente nessa sequência, e sem esquecer que arranjos e conjunções são da ordem do possível. Estas são identidades dissolvidas e homogeneizadas num momento de trânsito, como aquele dos Cursos, nessas instituições de controle social e de construção de saberes. Localizá-las geograficamente é fácil, a austeridade de seus prédios, de seus muros cinza permanecem em algum lugar da memória.

Mas é necessário renovar-se. Eis uma premissa constante, constituindo quase todas as falas dos sujeitos envolvidos naquela experiência. Os tempos são outros, é preciso mudar, palavras ditas de diferentes maneiras sobre a forma de lidar e entender a violência e os Direitos Humanos, as políticas públicas, os Movimentos Sociais, a ampliação de direitos e, especialmente, a visibilidade de desviantes sexuais, até então compreendidos como espetáculo de variedades ou como minorias vítimas do descaso e da violência.

Alguns professores auto-nomearam-se *Os Kamicazes*, para definir práticas docentes em situações de conflito aberto, como aquelas por eles/as vivenciada. Eles e elas descreveram estratégias pedagógicas utilizadas em relação aos temas trabalhados, para dar conta de mal-estar constante a cada novo dia letivo. Definiram essa situação como de uma prática docente pesada, contrastando com a ideia pré-estabelecida ou “garantida” de um bom relacionamento devido à posição hierárquica entre mestres e alunos. Eles mencionam as teorias abordadas, as discussões feitas a partir da realidade trazida pelos “educandos”. Seus ofícios foram definidos, em alguns momentos, como práticas de mediação, em outros momentos, como divulgação de pesquisa, dos resultados da ciência

fora da universidade. Essas práticas docentes envolveram tensão e aprendizado e, finalmente, foram nomeadas por todos esses profissionais como uma experiência única.

Tivemos a oportunidade de encontrar ex-alunos-policiais em outros lugares nestes últimos anos. Nossos cumprimentos foram formais quando o encontro era rápido, informais recheados de lembranças, risadas e debates (é claro!) quando o tempo assim o permitia. Ditos como: inesquecíveis, foi muito bom, divertido, cansativo, a melhor época; impressionante; namorei muito; foi uma loucura, fiz vários amigos, não foi fácil, o que estás fazendo da vida agora, entre outros, constituíram e, ainda, constituem esses encontros ao acaso. A juventude desses novos servidores e a “partilha” de gênero são significativas, por exemplo, uma Inspetora formada na primeira turma do Curso de Formação Integrada, 24 anos, formada em Pedagogia, sua turma foi constituída de 117 homens e 81 mulheres. Diversidades como essas e outras podem sugerir devires múltiplos, o novo, disse o poeta, “sempre vem”.⁷

Hoje, ao conversar com representantes dos Movimentos Sociais, somos informados de que muitos sentem uma diferença no trato de policiais em relação aos homossexuais, inclusive entre aqueles que estão na marginalidade. Todos eles ressentem-se pelo fim daquela experiência, e são unânimes na afirmação de que a luta é constante, de que se obteve avanços, visibilidade, direitos. Ao mesmo tempo, comentam que, paradoxalmente, acirram-se os contra-ataques do pensamento reacionário e conservador, nas mais variadas situações. Também hoje, nas salas de aulas de outros espaços institucionais, não são incomuns reações assustadas, contrárias, e por vezes agressivas com a possibilidade da promoção, da sugestão de outras formas de expressão do desejo, que não a expressão heterossexual. Apesar de empreendimentos contrários às discriminações sexuais, em diferentes lugares do social, percebe-se que velhas opiniões se renovam, ganham nova roupagem, há um recrudescimento dos ataques oriundos da homofobia, feitos nesses tempos de violência.

Quanto a Marcelly, nas suas palavras, no nosso último encontro, o triunfo logo passa, foi uma ilusão. Vimos, nos Cursos da SJS/RS, essa personagem “breve e incandescente” (Foucault, 1990) investida de autoridade. Entretanto, ela conta que para a mais completa surpresa, no dia 9 de junho de 2003, por volta das 18 horas, foi presa, em sua residência, numa ação de policiais comandados pelo Delegado Chefe do Departamento de Polícia Metropolitana – DPM –, escorado em ordem judicial de prisão temporária, determinada pelo juiz plantonista do Foro Central desta Capital.

A investigação foi determinada pelo chefe do DPM, Delegado Paulo César Jardim, desencadeada a partir de denúncias que apontavam Marcelly como cafetina, proprietária de uma casa de prostituição, praticante de exploração e extorsão de outras travestis na Avenida Farrapos e em outras ruas de Porto Alegre.

Além dessas acusações, foi tentado mostrar uma ligação entre essas denúncias à exploração sexual infantil, na medida em que nesta Avenida foram presos taxistas envolvidos com esse crime e a Farrapos é uma zona de prostituição de travestis.

Voluntários da ONG Rede Igualdade juntaram esforços para não permitir que fizessem uma injustiça. Havia preocupação com o risco de vida que corria Marcelly, ela foi levada para o Presídio Central, para o mesmo local em que estava presa uma travesti que ela testemunhara cobrando pedágio, uma prática das ruas que a Igualdade posiciona-se contrariamente. Suas advogadas tiveram dificuldades para ter acesso ao processo. Somente três dias após a prisão, a partir de uma liminar, obtiveram-se as informações necessárias sobre os motivos alegados que motivaram a prisão. Foi a partir de então que se pôde perceber com mais clareza que nenhuma das alegações que sustentavam o pedido de prisão temporária, preventiva, assim como os “fatos” que o Delegado tentava encadear para uma possível denúncia contra a acusada, encontraram qualquer substância fática e jurídica.

Para a Rede Igualdade, ficou evidenciado uma conotação política e revanchista por parte das forças policiais que sempre se opuseram ao convite feito pela SJS a essa Associação e o fato de uma travesti ministrar aulas nas academias de policia do Estado do Rio Grande do Sul, durante o período do Governo Olívio Dutra. Dessa forma, não foi difícil entender que a tentativa pura e simples de correlacionar fatos divulgados pela imprensa local e alegados pelos desafetos de Marcelly em depoimentos testemunhais não fora obra do acaso.

O caso desencadeou inúmeras manifestações de repúdio à Secretaria Estadual de Segurança Pública, de grupos, de redes, de ONGS nacionais e regionais. Lideranças dos movimentos nacionais de Direitos Humanos, alguns segmentos da mídia nacional e até mesmo o Governo Federal sensibilizados com o uso excessivo da força legal utilizado neste caso, apoiaram Marcelly, fazendo uso de pressões públicas aos operadores do Direito e da Justiça para que o caso fosse levado dentro dos parâmetros legais e sem discriminação.

Marcelly saiu da prisão, se diz mais fortalecida e disposta a continuar trabalhando nas ONGS em prol da autoestima de outras travestis “[...] incentivando-as a terem orgulho de si mesmas e, juntamente com suas companheiras da Igualdade, lutar para que as travestis e transexuais tenham melhores condições de vida e que tenham políticas públicas eficazes na cidade e no Brasil” (Böer, 2003, p. 72).

Os Professores convencionais, quando se encontram nas esquinas e nas instituições da vida, parecem naufragos que experienciaram juntos, em um passado recente, a tempestade e agora se sentem felizes por terem sobrevivido. Os questionamentos e as respostas que hoje são produzidos nesses (também) brevíssimos encontros – porque a vida urge – são: Como foi possível suportar aquela loucura? Suportamos porque estávamos juntos! Um poeta diz que quando se ouve o cantar de um passarinho descobre-se que neste mundo,

ninguém está sozinho! Somente a arte vai nos salvar da danação cotidiana? As emoções foram intensas porque defendíamos nossos direitos, os saberes ou a instituição de controle social? Ou porque também somos um pouco policiais, professores não convencionais e/ou homossexuais? Porque é necessário defender a sociedade! Porque não ser ou ser convencional instiga-nos ao questionamento sobre essa coisa sobre a qual não temos uma definição exata, mas que sem dúvida alguma, todos nós desejamos – “essa coisa chamada amor” (Britzman, 1996). Porque existe beleza no efêmero! Porque é necessário continuar transitando nos entremundos, nos entrelugares. Porque são fundamentais pequenas epifanias! Porque educar continua sendo um gerador de diversas emoções.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Violência e civilização. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. (Orgs.). *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: EDUCAT, 1999.
- ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (Brasil), 1980-1989. In: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BÖER, Alexandre. *Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Brasul, 2003.
- BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, nº 1, p. 71-96, jan-jun. 1996.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 151-172.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. (org.): Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

- FOUCAULT, Michel. *La vida de los hombres infames*. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade: identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Educação e Gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, nº 2, p. 541 - 553, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *Corpo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Vozes, v. 9, nº 2, p. 41 - 52, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. .
- SANTOS, Ana Cristina. *A lei do desejo*. Direitos humanos e minorias sexuais em Portugal. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2004.
- SCOTT, Joan W. Gender: a usefull category of historical analysis. Obra consultada: Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In.: *Educação & realidade*. Porto Alegre, v. 20, nº 2. jul/dez, 1995. p. 71-99.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. *Identidades heterogêneas na contemporaneidade violenta: um estudo a partir de uma sala de aula singular*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. “Nós lidamos com os restos da sociedade”: mulheres, homossexuais, travestis- corpos sobre controle e sobre saberes institucionais. In: ASSIS, Gláucia de Oliverira et al (Orgs). *Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. Notas sobre um contexto educacional singular. *Práxis, Revista do ICHLA*, Novo Hamburgo, ano IV, v. 2, ago. 2007.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. O ponto fora da curva. In: MEYER, Dagmar; SOARES, R. *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- SILVA, Rosimeri Aquino da. Passeando no centro de Porto Alegre com uma travesti. *Labrys, Estudos feministas*, jun-dez 2006. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys10/rio-grande/rosimeri.htm>.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, USP, São Paulo, v. 9, nº 1, 1997.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Porto Alegre: Vozes, 2000.

NOTAS

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993). Mestre (1999) e Doutora em Educação pela mesma Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é integrante do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e do GPVC (Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania) como bolsista CNPq/PDJ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ Pós-Doutorado Júnior). Atua especialmente no campo da Sociologia da Educação. Atividades de pesquisa voltadas para a Educação, procurando enfatizar relações de gênero, sexualidades, violência e Direitos Humanos.

¹ Tese de Doutorado: “Identidades heterogêneas na contemporaneidade violenta: um estudo sobre uma sala de aula singular”: PPPGedu/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

² Oficialmente, a sigla LGBTs congrega lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Em termos foucaultianos, diríamos que se trata de um conceito em disputa por diferentes saberes.

³ Optamos por destacar em itálico as falas dos informantes da pesquisa coletadas nas entrevistas, avaliações escritas, observações e outras técnicas utilizadas para a realização da tese.

⁴ Fala de um aluno-policial durante aula humanística.

⁵ Nos territórios destinados a prostituição.

⁶ Filme Australiano de 1994: *The Adventures of Priscilla, Queen of the Desert* (“Priscila, a rainha do deserto”).

⁷ Compositor Renato Russo.